



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS EM ALFABETIZAÇÃO
E LETRAMENTO NA EJA NO/DO RIO GRANDE DO SUL/BR**

ERECHIM, 2022

ZULEICA JOSÉ LUIZ MALIKOSKI

**O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS EM ALFABETIZAÇÃO
E LETRAMENTO NA EJA NO/DO RIO GRANDE DO SUL/BR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Orientadora: Professora Dra. Adriana Regina Sanceverino.

ERECHIM, 2022

Malikoski, Zuleica José Luiz

O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS EM
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA NO/DO RIO GRANDE DO
SUL/BR: O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS EM
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA NO/DO RIO GRANDE DO
SUL/BR / Zuleica José Luiz Malikoski. -- 2022.
55 f.:il.

Orientadora: PROF^A.DRA Adriana Regina Sanceverino

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, , 2022.

1. Alfabetização letramento na Educação de Jovens e
Adultos. I. Sanceverino, Adriana Regina, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ZULEICA JOSÉ LUIZ MALIKOSKI

**O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS EM ALFABETIZAÇÃO
E LETRAMENTO NA EJA NO/DO RIO GRANDE DO SUL/BR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/04/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Regina Sanceverino – UFFS
Orientadora

Prof. Ma..Cenira Rosa Cechin Skorek – UNINTER-PR
Avaliadora

Prof. Dr.^a Sonize Lepke – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho a Deus por me guiar em todos os momentos, aos meus pais e aos meus filhos Cecilia e Miguel, que sempre estiveram me dando coragem para que eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que traduz a minha fé e a minha esperança nas minhas conquistas, mostrando o caminho a seguir mesmo com obstáculos, confortando-me, dando-me forças nos momentos que pensei em desistir, a seguir em frente, principalmente no cansaço físico e mental com o qual, muitas vezes, me deparei.

Agradeço imensamente ao meu marido e companheiro, Valdecir Malikoski, pela paciência, pela compreensão e pelo incentivo diário, pela sua parceria e pelo reconhecimento que fortaleceu minha trajetória, estendo a gratidão à minha filha, Cecilia e ao meu filho Miguel, por serem minha motivação e a felicidade dos meus dias.

Ao meu pai Agenor (*In memoriam*) e à minha mãe Dorilde meus alicerces, que sempre me apoiaram em estudar, sempre me disseram que o estudo ninguém tira e era a única coisa que eles podiam me dar.

À minha irmã Letícia, meu porto seguro que me ajudou e me incentivou neste percurso, sabendo que a caminhada era longa, mas sempre disposta a cuidar da minha filha Cecília e, também, com as atividades da escola e depois com a chegada do Miguel, para eu poder estudar e completar esta etapa.

À minha avó Oraide (*In memoriam*) sempre me incentivou, como ela foi professora e não pode exercer por muito tempo, pois casou e teve filhos, seu exemplo me levou a ser professora. Nas visitas em sua casa, semanalmente, sempre me perguntava se já estava lecionando ou, então, quando começaria, pois, para ela isso era um orgulho.

Agradeço aos meus familiares que, em algum momento, participaram do meu percurso.

À professora Adriana Regina Sanceverino, obrigada por ter aceitado, tão prontamente, em ser minha orientadora. Devido a pandemia por Covid 19¹, o convite foi realizado por e-mail e nos conhecemos no Programa do Residência Pedagógica, de forma on-line. Agradeço pela paciência e por compartilhar seus conhecimentos e suas experiências.

¹ A pandemia por Covid 19. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou o novo surto SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave) denominada Covid-19. Em 11 de março de 2020 a OMS declarou como pandemia, quer dizer de forma globalizada. Disponível <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação. Educações. (BRANDÃO, 2007, p .7)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão Curso de Licenciatura em Pedagogia tem como objetivo geral mapear, situar e analisar os principais objetos e focos de análise das pesquisas, teses (Doutorado) e dissertações (Mestrado), no estado do Rio Grande do Sul, sobre a alfabetização e/ou letramento na EJA, situados na Biblioteca digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Com objetivos específicos, situam-se os fundamentos teóricos e os metodológicos acerca da alfabetização e/ou letramento na educação de jovens e adultos a fim de analisar a fundamentação dos principais autores, bem como apresentar o levantamento das principais contribuições e/ou conclusões dos estudos analisados. Metodologicamente o trabalho constitui pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. O referencial teórico que ampara essa investigação compreende autores como: Haddad & Di Pierro(2000), Paiva(2000), Skorek(2020), Oliveira(2012), Lüdke; André(1986), Freire(1996), Albuquerque ; Leal (2010), entre outros. Resultados da pesquisa apontam que na produção analisada, sinalizam-se espaços para investigar e aprofundar pesquisas acerca da alfabetização e letramento na EJA, no estado do Rio Grande do Sul. Dada a particularidade que marca essa modalidade de ensino, evidencia-se a necessidade de aprofundamento no que se refere ao estudo da categoria letramento na EJA. Destaca-se que tal necessidade se amplia, nesses tempos nebulosos de investimentos em políticas públicas para a educação brasileira. Exemplificam-se as referidas contradições, com os altos índices de analfabetismo no decorrer do presente trabalho, demonstrando claramente que as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014/ 2024, não foram atingidas e estão longe de alcançá-las.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; alfabetização, letramento.

ABSTRACT

The present work of conclusion of the Degree in Pedagogy has as general objective to map, situate and analyze the main objects and focuses in researches analysis, theses (Doctorate Degree) and dissertations (Master Degree), in the state of Rio Grande do Sul, on the literacy and/or literacy in EJA, located in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the Brazilian Institute of Information in Science and Technology. As specific objectives, one has to situate the theoretical and methodological foundations about literate and/or literacy in youth and adult education, analyze the main authors that support them, and present main contributions and/or conclusions survey in these analyzed studies. Methodologically, the work constitutes qualitative research of a bibliographic nature. The theoretical reference that supports this investigation comprises authors such as: Haddad & Di Pierro (2000), PAIVA (2000), Skorer (2020), Oliveira (2012); Ludke; André (1986); Freire (1996), Albuquerque, Leal (2010), among others. Research results indicate that; in the analyzed production, spaces are indicated to investigate and deepen research on literate and literacy in EJA, in Rio Grande do Sul State. Given the particularity

that marks this teaching modality, it is evident the necessity to deepen in what refers to the study of the literacy category in EJA. It is noteworthy that such a need increases, in these cloudy investments times in public policies for Brazilian education. These contradictions are exemplified, with the high rates of illiteracy in the course of this work, clearly demonstrating that the goals of the National Education Plan of 2014/2024 were not achieved and are far from achieving them.

Key-words: Youth and Adult Education; Literate; Literacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela1: Dados de analfabetismo pessoas de 15 anos acima.....	27
Tabela 2: Dados de analfabetismo pessoas de 60 anos acima.....	28
Gráfico 1: Índices de analfabetismo de 2006 até 2019.....	29
Figura 1: Taxa analfabetismo / estado.....	30
Figura 2: Índice do Ensino Médio de 2020.....	31
Quadro 1: Pesquisas identificadas sobre o título Letramento	41
Quadro 2: Pesquisas identificadas sobre o título Alfabetização.....	41
Quadro 3. Pesquisas identificadas na UFRGS e sua temporalidade e área ...	42
Quadro 4. Pesquisas identificadas na UFSM e sua temporalidade e área	43
Quadro 5. Pesquisas identificadas na UFFS e sua temporalidade e área	43
Quadro 6. Pesquisas identificadas na UCPEL e sua temporalidade e área	44

Quadro 7: Áreas de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação..... 45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOVA	Movimento de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso –

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 BASE TEÓRICA.....	18
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	18
2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA.....	
3 METODOLOGIA.....	
4 O ESTADO DE CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BR.....	39
4.1 ORGANIZAÇÃO E A ESCOLHA DOS BANCOS DE DADOS PARA A PESQUISA.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6. REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e está presente no cotidiano dos indivíduos desde o princípio. Contudo, pode-se destacar que poucas pessoas têm acesso à escola, outras chegam à vida adulta sem saber escrever o nome, pois não tiveram acesso a um ambiente escolar. Assim, as pessoas que não tiveram o direito à educação formal, sendo negado na infância e na vida adulta, mas de alguma forma aprenderam com familiares, amigos, na sociedade e até mesmo com religiosos. Nesse sentido, BRANDÃO (2007) afirma que

ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação. Educações. (BRANDÃO, 2007, p.7)

Diante dessas considerações, faz-se uma breve reflexão acerca de minha trajetória histórica. Venho de uma família pobre, sempre fui estudante de escola pública e não havia recursos para meus pais custearem uma faculdade. Sou a quinta filha do casal, num total de seis irmãos, sendo que dois destes concluíram seus estudos na EJA e apenas uma irmã concluiu o ensino superior, por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). É importante ressaltar que morávamos no interior e meu pai sabia assinar somente o seu nome. Por outro lado, minha mãe estudou até segunda série do ensino primário e estudou porque na época, seu pai foi ameaçado por vizinhos que iriam denunciá-lo às autoridades caso não mandasse as filhas mais velhas à escola. Elas tinham entre 12 e 14 anos de idade e não frequentavam a escola, tendo em vista a obrigação de ajudar seus pais a cuidarem dos irmãos mais novos, nos afazeres domésticos e na roça.

Por estes motivos, os meus pais sempre incentivaram os filhos a estudar, na fala deles estudar significa ser alguém na vida, ter um bom emprego. No entanto, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas por meus pais e a distância entre a cidade que morávamos e as universidades federais, meu caminho tomou um outro rumo após a conclusão do ensino médio, casei e comecei a trabalhar de diarista em casas de família. Fiquei cinco anos sem estudar, mas com o incentivo do meu cônjuge, da minha família, e pelo meu próprio sonho em mudar a realidade vivida, comecei a estudar o curso de técnico de contabilidade em escola particular, na cidade de Passo Fundo. Mais tarde, trabalhei no comércio e, tempos depois, percebi que precisava de mais conhecimento, que

aquilo não era mais o suficiente para mim. Assim, em 2017, iniciei a graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus –Erechim/RS. O curso de licenciatura me permitiu conhecer a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de modo que me interessei desenvolver o meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), nesta modalidade de ensino.

Desse modo, o objeto principal deste trabalho visa mapear, situar e analisar os principais objetos e focos de análise das pesquisas, teses (Doutorado) e dissertações (Mestrado), no/do estado do Rio Grande do Sul, sobre alfabetização e/ou letramento na EJA, situados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), visando contribuir para a construção do “estado do conhecimento” sobre o tema.

Em diálogo com a professora orientadora e pesquisadora da EJA, apresentei o meu desejo de pesquisar sobre o tema alfabetização e letramento. Como se trata de uma modalidade de educação que exige muita atenção e estudos sobre suas especificidades e particularidades teórico-metodológicas, a professora sugeriu que eu desenvolvesse um estudo sobre a temática a partir de uma investigação sobre as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas a respeito do tema da alfabetização e do letramento na EJA.

Essa modalidade é específica para jovens e adultos que não puderam estudar por algum motivo quando criança e adolescente. Por outro lado, esses sujeitos precisam ter seus direitos garantidos, serem alfabetizados nos anos iniciais do ensino fundamental, mas de modo diferenciado das crianças. Diante disso, o adulto e o jovem trazem consigo diferentes habilidades e conhecimentos se comparadas a uma criança, com a alfabetização, contida nos anos iniciais do ensino fundamental é de modo diferenciado

Neste contexto, vale ressaltar que essa modalidade é reconhecida pela Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, na Resolução CNE/CEB nº 01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos Compromissos e Acordos Internacionais e no Plano Nacional de Educação (PNE), sob a Lei nº 13.005/2014. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Inicialmente, os jovens e adultos tinham acesso apenas ao Ensino Fundamental, mas com a vigência da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a EJA foi ampliada e passou a abranger também o Ensino Médio.

A modalidade de escolarização EJA tem como prioridade a alfabetização, na qual a inserção na sociedade é a valorização das práticas de leitura e de escrita, para isso, sabe-se que o domínio da leitura e da escrita são ferramentas necessárias e diárias, bem como melhoram as condições de vida. Muitas vezes, esses jovens e adultos têm resistência em procurar a escola, pois não acreditam em sua própria capacidade. Nas palavras de FREIRE (1996 p.41), trata-se da aprendizagem e não apenas de adaptação para poder transformar a realidade. Ainda segundo FREIRE (1996, p.16) a curiosidade ingênua, caracteriza o senso comum [...] “o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando”. O autor salienta, inclusive, que a educação dos jovens e adultos tem que partir dos saberes dos educandos e de suas vivências.

Ademais, Freire chama a atenção para a possibilidade de que todos podem “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se”. (FREIRE, 1987, p.5)

Em outras palavras, o estudante da EJA traz consigo conhecimento de mundo, de experiências e saberes, da sua existência como trabalhadores. Nesse contexto, submete ao indivíduo a necessidade de escolarização para uma condição de vida melhor, para um novo emprego ou até mesmo a permanência no mesmo emprego ou uma promoção e, para tanto, precisa estar inserido na sociedade letrada.

Pontua-se que Freire (1996, p.77) defende a ideia de que “a leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo”. Nesse viés, SOARES (2003, p. 97) complementa que a formação do indivíduo vai além de saber ler e escrever, para que a leitura e a escrita tenham sentido na vida do sujeito.

O público da EJA é bem diversificado, composto por jovens, adultos e idosos, de todas as etnias. A EJA também está presente para os indígenas, quilombolas, inclusive na rede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE), alunos com deficiência intelectual e múltipla, acima de 15 anos.

A maioria dos estudantes da EJA são trabalhadores que buscam por melhores condições de vida, uma renda melhor, pois muitos deles são estudantes que trabalham durante o dia e buscam concluir a escolarização no turno da noite. Entretanto, por se tratar de um público de jovens e adultos trabalhadores e/ou filhos e filhas de trabalhadores com uma história de luta por sobrevivência, muitos em vulnerabilidade social, com históricos de desistências, reprovações ou mesmo nunca terem frequentado os bancos

escolares, por diversos motivos, a EJA se constitui uma modalidade que tem metodologia própria para atender seus estudantes. Por isso, é necessário que sejam adotadas nas práticas curriculares, outras metodologias a fim de motivarem essas pessoas a continuarem seus estudos e, também, a combaterem a evasão escolar. A procura dos estudantes é pelo ensino fundamental e, conseqüentemente, pelo ensino médio.

Atualmente, no Brasil existem 11 milhões de pessoas analfabetas, número esse bastante expressivo. Nessa perspectiva, foi sancionado, em 14 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) que objetiva um planejamento de 20 (vinte) metas na melhoria na educação a serem cumpridas até o ano de 2024. Isso significa a melhoria dos índices de pessoas alfabetizadas tanto na educação básica quanto no ensino superior. No entanto, nenhuma das 20 (vinte) metas foi atingida, estabelecendo um dado preocupante para a EJA, pois houve um retrocesso nos indicadores. Por consequência, muitos jovens não concluíram o ensino fundamental e médio, nesse percurso muitos desistiram pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família, outros por falta de interesse nas aulas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, embasado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mostram dados que no Brasil que há 244 mil crianças e jovens, entre 6 e 14 anos de idade os quais não estão matriculados nas escolas. O estado do Rio Grande do Sul registrou queda nas matrículas de 2020 e 2021. Já que foram 43 mil matrículas a menos, ou seja, uma queda de 5,4%; contudo, esse dado ainda ficou acima da média nacional que foi de 1,2%. O IBGE também exibiu um outro dado em 2021, de que 407,4 mil jovens, entre 15 e 17 anos de idade, estavam fora da escola e que ainda não completaram o ensino médio.

Assim sendo, o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2019, correspondiam aproximadamente, 71 mil, já em 2020, caiu para 42 mil matrículas. Esses números continuaram em queda em 2021, uma vez que não atingiram 31 mil matrículas.

Outrossim, há outro problema grave ocorrendo, no estado do Rio Grande do Sul, a redução do número de escolas de EJA, sendo que muitas fecharam devido a estrutura física escolar. De acordo com o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), essa informação² é de fevereiro de 2022 e o governo tem a intencionalidade de

Disponível em:< <https://cpers.com.br/educacao-em-baixa-rs-tem-maior-queda-no-numero-de-matriculas-na-eja-desde-2019/>>acesso em : fev/2021

enxugar as matrículas da EJA na rede pública, com o intuito de reduzir gastos e entregar essas vagas para a rede privada, tanto que, desde 2019, houve a extinção de 40 mil inscrições na EJA, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de informações do Censo Escolar 2021 e divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Nesse contexto, o Dieese afirma que de 2016 a 2021 foram 171 escolas fechadas no estado do Rio Grande do Sul (RS), ou seja, o fechamento de turma, o cancelamento de vagas nas escolas públicas do estado, se refere ao sucateamento das instituições, a deterioração do patrimônio, pois não há investimento do governo para manutenção ou reformas³.

Além disso, a pandemia por Covid 19 mostrou esse descaso com mais clareza, já que 258 municípios não registraram matrículas na EJA na rede estadual, assim como 178 municípios não registraram matrículas nem na rede estadual nem na municipal.

Esse cenário é desolador, à medida que apresenta as contradições da sociedade. Por um lado, índices alarmantes de jovens e adultos que não completaram o ciclo escolar, não gozando de seus direitos, e, por outro lado, o estado do Rio Grande do Sul fechando escolas e enxugando matrículas de EJA.

2. BASE TEÓRICA

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos teve início no período do Brasil Colonial, com a chegada dos Jesuítas, os quais catequizaram os indígenas. Não se tratava apenas de transmissão de conhecimento escolar, mas também da propagação da fé cristã, método esse que findou no período pombalino em 1759, ou seja, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) ordena a expulsão dos jesuítas do Brasil. A primeira Constituição do Brasil de 1824, sob influência europeia, garantia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, incluindo os adultos. Nesse período do império, apenas uma pequena parte da população da elite tinha direito à educação primária, já que os negros, indígenas e grandes parte das mulheres eram excluídos. Foi nesse período também que surgiram reformas que possibilitavam o ensino noturno para adultos analfabetos.

³Disponível em:< <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/02/educacao-publica-no-rs-em-queda-pelo-segundo-ano-consecutivo/>>. Acesso em: fev/2021

Segundo Haddad & Di Pierro (2000), a responsabilidade pela educação básica era das Províncias, sendo assim, o governo imperial designava escassos recursos para educar a maioria e, por sinal, mais carente, de jovens e adultos, bem como crianças e adolescentes. Por conseguinte, ao final do Império, muito mais da metade da população era analfabeta.

Nesse contexto, percebe-se que os números de pessoas analfabetas foi e continua sendo uma modalidade de educação preocupante. A EJA é reconhecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/1996, mas ainda há muitas pessoas fora da escola. Inicialmente, o único ensino ofertado pelos poderes públicos aos jovens e adultos era o Ensino Fundamental. Posteriormente, a partir da Emenda Constitucional de nº 59 de 2009, é que foi ampliado esse direito, dando acesso ao Ensino Médio. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante.

No entanto, pouco antes, em agosto de 2002, foi constituído pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob a Portaria nº 2.270, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o qual jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada, realizam um exame para aferir competências e habilidades visando a obtenção de certificação do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio

Em 1891, ocorreu o marco da República brasileira que descentralizou o ensino básico das Províncias e municípios. Conforme Paiva (1973, p. 209), “o adulto não-escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabeto”. Há, então, uma reformulação, com os avanços dos direitos constitucionais.

Na constituição de 1934, instituiu-se o Plano Nacional de Educação sobre a responsabilidade da União, na qual o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória. Neste sentido, a educação de jovens e adultos é reconhecida e recebeu atenção especial. Mais tarde, em 1938 é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos o INEP e, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário. Ademais, em 1947 a iniciativa de campanha massiva de alfabetização, pois a metade da população era considerada analfabeta a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Nas palavras de SKOREK (2020, p.73)

A Campanha tinha um caráter integrativo, que promoveria o desenvolvimento pessoal em relação à moral, aos cuidados com a saúde e a higiene e à disciplinarização necessária para o mundo, voltado ao trabalho urbano. Ao atribuir à escrita um poder de transformar as pessoas, de civilizá-las, ensinar o povo a ler e a escrever constituía-se numa ação chave para integrá-lo ao projeto de nação.

Nos primeiros anos do regime militar não houve, por parte do governo, uma iniciativa de continuar a alfabetização de pessoas adultas. Durante esse período, funcionou a campanha educativa para a alfabetização de jovens e adultos, como alternativa o trabalho da Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), que era dirigida por evangélicos norte-americanos (Haddad; Di Pierro, 2000, p.114).

Assim, a sociedade se mobiliza e surgem políticas para a impulsionar a educação popular. Exemplificativamente, na década de 50 existia a “educação libertadora/conscientizadora”, na qual foi proposta por Paulo Freire, e a “educação funcional/ profissionalizante”. Nesse viés, Paulo Freire foi referência com sua metodologia, dando ênfase na educação popular e de adultos, sendo reconhecido em âmbito nacional. Freire, também fez crítica da educação bancária, pois consideravam o analfabeto um pária e ignorante, na qual o educador depositava o conhecimento. Nesse sentido, Paulo Freire incentivava que os adultos trouxessem, para as aulas, palavras do seu cotidiano para que a leitura e a escrita tivessem sentido e significado. Para ele, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1981, p. 81).

Outrossim, nos anos 70, em oposição as ideias de Paulo Freire, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁴. O Mobral teve incentivo do governo federal.

Segundo HADDD e DI PIERRO(2000, p. 115), “o MOBRAL chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo, classificado como “vergonha nacional”. Esse projeto, nominado como Fundação MOBRAL, foi criado com a Lei n° 5379/67, durante a ditadura militar, tendo como objetivo alfabetizar jovens entre 15 a 30 anos de idade e também acima de 30 anos de idade, assim, a proposta estava voltada aos aspectos pedagógicos, mas pressionado pelo regime militar.

Mais adiante, em 11 de agosto de 1971, foi consolidada, juridicamente, a Lei de Bases da Educação Nacional, na qual foi regulamentado o Ensino Supletivo. O supletivo

⁴ MOBRAL no início era dividido em dois programas: Programa de Alfabetização, implantado em 1979, e o PEI –Programa de Alfabetização Integrada, correspondendo ao curso de 1ª a 4ª séries do antigo primário.

foi um projeto de escola do futuro e elemento de um sistema de educacional socioeconômico, isto é, para dar oportunidade àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar no período “regular”, bem como o MOBREAL que foi desenvolvido para vencer o analfabetismo no Brasil.

O ensino supletivo era um ensino a distância, transmitido por meio da telecomunicação, como via rádio e televisão. O ensino era para 1º e 2º graus, com poucas habilidades em alfabetização de adultos e, por consequência, no artigo 208, da Constituição Federal de 1988, foi disponibilizado a oferta de educação pública, gratuita e universal, independentemente da idade, principalmente para aqueles que não tiveram acesso à escola.

Em 1985, houve a criação da Fundação Educar que tinha o intuito de substituir o movimento Mobral, bem como de erradicar o analfabetismo de maneira a incluir a população analfabeta nessa rede de ensino.

Mais adiante, na Constituição de 1988, foi criado o Movimento de Alfabetização (MOVA) e assim, surgiram outros movimentos que,

se multiplicaram como uma marca das administrações ditas populares, tendo o ideário da educação popular como princípio de sua atuação: o “olhar” diferenciado sobre os sujeitos; a consideração dos sujeitos como coparticipes do processo de formação. Portanto, é característico do MOVA, como gestor de uma política pública de alfabetização e ao pressupor a associação entre educação e cultura como base dessa política, o vínculo Estado- sociedade. (ALBUQUERQUE; LEAL, 2010, p. 48).

Os projetos políticos- pedagógicos do MOVA conservaram as concepções de Paulo Freire com vínculo entre Estado e sociedade. Em seguida, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), foi inserida a Educação de jovens e adultos (EJA). O artigo 4, da referida lei define que é dever do Estado a educação pública e gratuita.

Este artigo ainda aponta o ensino noturno para educandos que necessitam de turno para estudar, mais especificamente, os jovens e adultos, como expõe: “VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2005, p.8)

A EJA vem de movimentos, programas fragmentados, na qual não tem muito apoio das políticas de Estado. De acordo com Arroyo (2006, p. 19), “a EJA nunca foi algo

exclusivamente do governo ou do sistema educacional, pelo contrário, sempre se espalhou pela sociedade. A EJA sempre fez parte da dinâmica mais emancipatória”.

Ademais, a seção V, da LDB, esclarece o potencial da educação inclusiva dos que precisam continuar seus estudos. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 37, inciso I e II:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Nesse cenário, no decorrer da década de 90, foram criados três programas: Programa de Alfabetização Solidária (PAS), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA⁵) e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PANFLOR⁶). Por consequência, em janeiro de 2001, foi aprovada pela Lei nº 010172 que dava início ao Plano Nacional de Educação (PNE) e trazia como modelo de ensino a EJA. O PNE aborda sobre o diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas.

Essa lei que abordava o déficit no atendimento de alunos da EJA que não tiveram acesso a instituição de ensino para iniciar ou concluir os estudos. Outro aspecto importante, não havia profissional como professores qualificados para partilhar conhecimento com jovens e adultos.

Há outros documentos que compõe a legislação da EJA como o Parecer CNE/CEB Nº 11/2000, da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), bem como a Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995 e o Parecer da Resolução CNE/CEB nº. 01/2000, que estabelece as leis - Diretrizes Curriculares para a EJA.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi elaborado em 1996, esse plano projeta as diretrizes e metas da educação, para os próximos dez anos, o intuito é para que seja cumprido, então o PNE Lei nº10172/2001 entra em vigor de 2001 a 2010.

⁵ PRONERA, programa esse resistiu até 1999, não teve fonte de financiamento fixa, tinha o objetivo de alfabetizar trabalhadores das zonas rurais.

⁶ PANFLOR, foi um programa que destinava o ensino para a formação profissional da população

Atualmente, está em vigência o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014). Trata-se do planejamento de decênio que iniciou em 2014 com previsão de término para 2024, no qual o planejamento está voltado para 10 diretrizes e 20 metas de educação de crianças, jovens e adultos. Para tanto, há a Resolução Nº 3 do CNE/2010, que apresenta as Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos.

O Parecer nº 11/2000, da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Uma das características do documento é a reafirmação da modalidade EJA “como dívida social não reparada” (VENTURA E BOMFIM, 2015, p. 214).

A modalidade tem como prioridade a alfabetização, na qual a inserção na sociedade é a valorização das práticas da leitura e escrita, para isso sabe-se que o domínio da leitura e escrita são ferramentas necessárias e diárias, bem como melhorar as condições de vida

Muitas vezes, esses jovens e adultos tem resistência em procurar a escola, pois não acreditam em sua própria capacidade. Nas palavras de FREIRE (1996, p.16) capacidade de aprender, e não apenas nos adaptar para transformar a realidade, “implica o respeito ao senso comum no processo de superação quanto ao respeito e o estímulo do educando”. Freire (1996, p.16) salienta que a educação dos jovens e adultos tem que partir dos saberes dos educandos e de suas vivências.

Em outras palavras, o estudante da EJA traz consigo conhecimento de mundo, de experiências e saberes, ou seja, alunos que tem família, trabalho ou está desempregado. Neste contexto, submete ao indivíduo a necessidade de escolarização, para uma condição de vida melhor, para um novo emprego, ou até mesmo a permanência no mesmo ou uma promoção e precisa estar inserido na sociedade letrada.

Destaca que o leitor é como sujeito do conhecimento, pois segundo Freire (2006) é impossível a prática educativa neutra, sem considerar as experiências de vida. A educação regular abrange todas as modalidades, ou seja, a EJA é um direito de todos e dever do Estado Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394, de 1996, estabelece que, segundo o mesmo Diploma Legal mencionado acima, no artigo 38, resta definido sobre os exames supletivos:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, p. 19)

A partir da Lei de Diretrizes Bases (LDB) 9394/96, a EJA se torna modalidade, neste sentido o ensino supletivo de ensino fundamental e regular deixar de ser um programa, e passa a ser modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio da população, governos sociais, pesquisadores a educação de Jovens e Adultos se torna um direito para os jovens e adultos, assim como é um direito na infância e adolescência,

Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), como uma possibilidade para aqueles alunos que não frequentaram a escola em tempo regular, com principal objetivo alfabetizar os jovens e adultos a partir de 15 anos.

Em 2005, o governo federal, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), objetivando a educação profissional técnica de nível médio. Com a vigência do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, houve a ampliação deste programa em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios pedagógicos.

Logo no ano seguinte, com o Decreto nº 6093, de 24 de abril de 2007, é aprovado a Educação de Jovens e Adultos modalidade Ensino a Distância (EJA EaD), que tem por objetivo alfabetizar as pessoas no horário e no lugar que lhe for viável, podendo ser na plataforma online ou por correspondência, e o aluno estuda sozinho.

O Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 instituiu a Política Nacional de Alfabetização, visando implementar programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito da educação básica e da não formal, seja uma justificativa a adequações a novas legislações, ou seja, esse decreto é somente para os anos iniciais do ensino fundamental. Diante dessas considerações, o professor Carlos Jamil Cury (2021) em sua fala no Fórum EJA Brasil, em debate, com o tema “As práxis da resistência diante da resolução 01/2021”, reflete sobre o Decreto nº 9.765/ 2019, do governo federal que instituiu Plano Nacional de Alfabetização para os anos iniciais, em adequação da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) questiona se a EJA, é um direito porque não está incluída na BNCC, como uma modalidade de ensino.

O fato é que a educação de jovens e adultos nos remete a uma questão central, a desigualdade social e cultural. Nessa perspectiva, cita-se mais precisamente o analfabetismo que incide na cor ou raça, na qual abrange **mais pessoas negras ou pardas do que as pessoas brancas** e, essas, se encontram tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Do ponto de vista histórico, a educação não era considerada prioridade para os filhos das famílias que viviam em condições desfavoráveis, já que necessitavam da mão-de-obra das crianças e dos jovens para auxiliar no sustento da família. Comumente, as famílias eram grandes e moravam na zona rural, ocorre que, essa realidade perdura nos dias atuais na sociedade, o que explica a exclusão e a desigualdade social dessas pessoas no progresso da educação.

Segundo dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, 11,5 milhões de pessoas ainda não sabiam ler e escrever. Sob esse foco, depara-se com outras diferenças na pesquisa do IBGE de 2019, como mostram as Tabelas 1 e 2, seguintes, em que destacam os índices de analfabetismo por região no Brasil, sendo que na Tabela 1, os dados são de pessoas que têm acima de 15 anos de idade e que não estão alfabetizadas, e na Tabela 2, os dados referem às pessoas acima de 60 anos de idade também não alfabetizadas.

Tabela1: Dados de analfabetismo para pessoas que têm acima de 15 anos

Região	Unidade %
Nordeste	13,9%
Norte	7,6%
Centro-oeste	4,9%
Sudeste	3,3%
Sul	3,3%

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa IBGE 2019

É possível observar que na Tabela 1 os índices do número de pessoas analfabetas são estonteantes, porém, na Tabela 2 é ainda mais impactante os altos índices de analfabetismo, tendo em vista a probabilidade dessas pessoas terem difícil ou nenhum acesso à escola. No Brasil, o ensino primário foi reconhecido como direito somente a

partir de 1934, visto que na primeira carta de direitos do nosso país, outorgada em 1824, o artigo 179, inciso XXXII, apenas fazia referência à gratuidade da instituição primária a todos os cidadãos. Como era gratuita e não obrigatória, muitos não tinham acesso à escola, e, na maioria das vezes, estavam em situação de vulnerabilidade. Por essas razões, justifica-se os dados apresentados na Tabela 2, referente aos índices realizados na pesquisa do IBGE em 2019, pois são pessoas analfabetas acima de 60 anos em todas regiões brasileiras.

Tabela2: Dados de analfabetismo pessoas acima de 60 anos/região

Região	Unidade %
Nordeste	37,20%
Norte	25,50%
Centro-oeste	16,60%
Sudeste	9,50%
Sul	9,50%

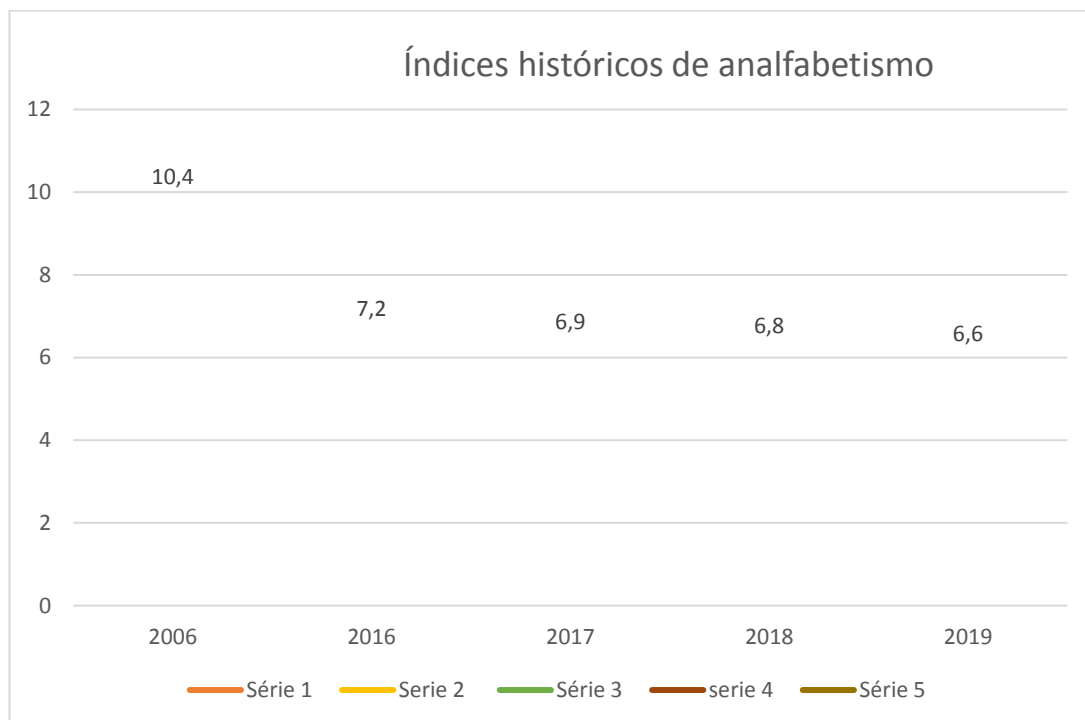
Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa IBGE 2019.

Diante dessas informações angariadas do IBGE, nota-se que a maior concentração de pessoas analfabetas, tanto aquelas acima de 15 anos de idade, quanto aquelas acima de 60 anos de idade, estão na região nordeste e, sucessivamente, nas regiões norte, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil. Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE), aponta como meta para os próximos dez anos, “estabelecer, a partir da aprovação PNE, programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos em cinco anos e, até o fim

da década erradicar o analfabetismo” (Brasil, 2001). Em síntese, isso não foi possível, pois a taxa de analfabetismo ainda é grande.

Na sequência apresenta-se um gráfico com índices de analfabetismo desde o ano de 2006 até o ano de 2019, conforme dados coletados do IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – (PNDA). Contínua.

Gráfico 1: Índices de analfabetismo de 2006 até 2019



FONTE: Elaborado pela autora com dados no PNDA 2020

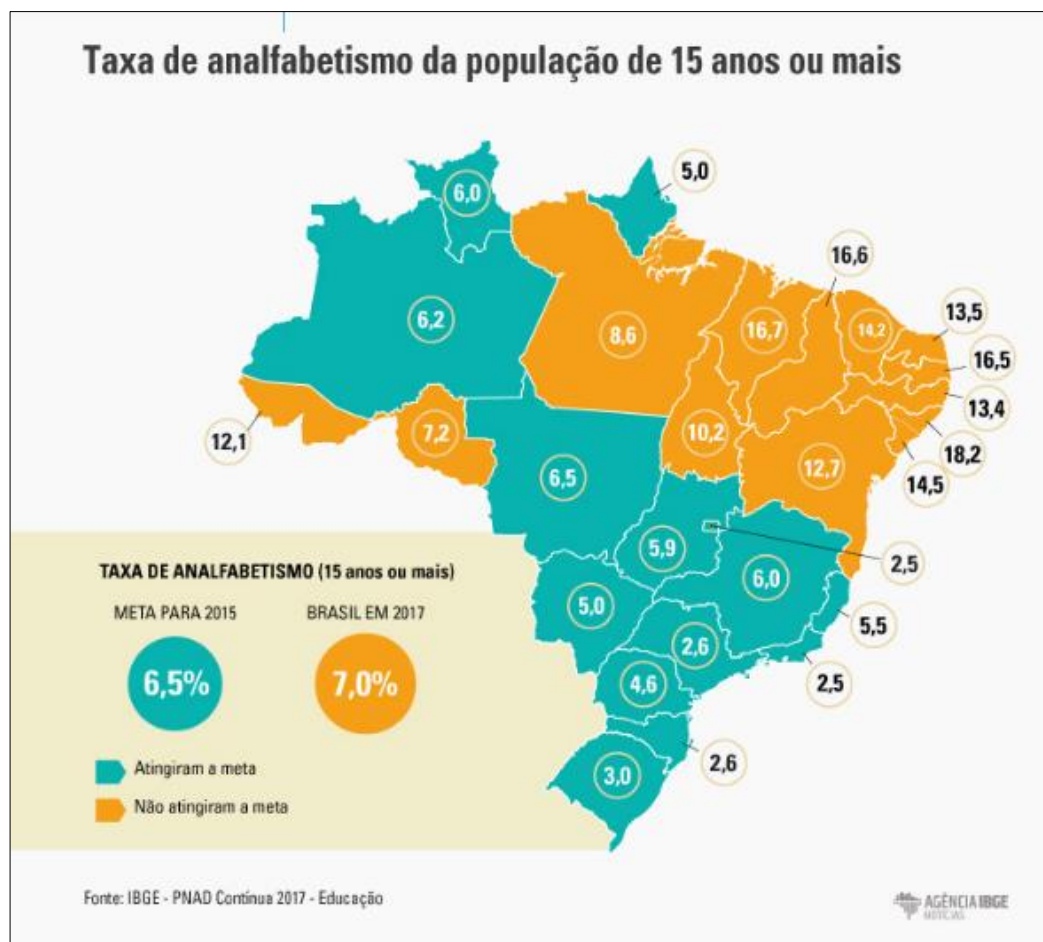
Observa-se que a taxa de analfabetismo no Brasil está entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), já que o disposto na Lei nº 13.005/2014, estabelece o que deverá ser feito para melhorar a educação no país até 2024. Sendo assim, em 2015, o Brasil deveria ter atingido a marca de 6,5% de analfabetos (as) entre a população de 15 anos de idade ou mais, conforme destacado na Meta 9, do PNE:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014).

A meta pretendia reduzir esse percentual para 6,5% há dois anos, entretanto, não foi isso que ocorreu. A porcentagem chegou próximo à meta estabelecida para o ano de

2015, mas ainda são desfavoráveis esses dados, o que implicarão muitos investimentos em políticas públicas no país. Exemplo disso, seguem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, representando as taxas de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade, por estado do Brasil. Essa pesquisa realizou-se pelo PNDA, em 2017, e é representada na imagem a seguir.

Imagem 1: Taxa de analfabetismo/ estado



Fonte: IBGE – PNAD Contínua 2017 – Educação. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11762/brasil-ainda-tem-115-milhoes-de-analfabetos-com-mais-de-15-anos>> Acesso em 10 janeiro de 2022.

Diante dessas considerações, o Anuário de educação básica de 2021 aborda que no Brasil 82,4% dos alunos com 16 anos de idade concluíram o ensino fundamental em 2020, ou seja, 17,6 % dos jovens não concluíram o ensino fundamental. No estado do Rio Grande do Sul, 97,6 % concluíram o ensino fundamental. No entanto, conforme informações do Plano Nacional de Educação (PNE), em 1998, o Brasil tinha 8 milhões

de crianças com idade acima de 14 anos de idade matriculadas⁷ no ensino fundamental, evidenciando que

a exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por incúria do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro (PNE 2001, p. 19⁸).

A intencionalidade do PNE (2001) no ensino fundamental é garantir o acesso e a permanência dessas crianças, pois estão na idade certa de estarem na escola.

O objetivo da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade, foi assegurar a todos um tempo mais prolongado de permanência na escola, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagem, de modo que os alunos prossigam nos seus estudos e concluam, com qualidade, a educação básica. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância. PNE (2001, p. 19)

É importante destacar que com a Constituição Federal de 1998, a escolarização passou a ser obrigatória na educação básica, após a vigência da Emenda Constitucional nº 059/2009, que alterou o inciso I, do artigo 208, passando a constar com a seguinte redação: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

No entanto, ao contrário do disposto na Emenda Constitucional referida, a Imagem 2 abaixo, evidencia o não cumprimento da norma legal, tendo em vista os índices de jovens que estariam matriculados, mas que não concluíram o Ensino Médio no ano de 2020, estando fora da escola.

⁷ Plano Nacional de Educação Conhecendo as 20 metas Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> . Acesso e: 22 fev. 2022.

Imagem 2: Índice do Ensino Médio de 2020

Jovens de 15 a 17 anos que não concluíram o Ensino Médio, por etapa de ensino em que estão matriculados, ou que estão fora da escola Brasil – 2020		
	Absoluto	%
Total	8.536.788	100
Ensino Médio	6.429.645	75,4
Regular	6.404.348	75,1
Educação de Jovens e Adultos	25.297*	0,3*
Ensino Fundamental	1.616.735	18,9
Regular	1.503.521	17,6
Educação de Jovens e Adultos	113.214	1,3
Alfabetização de jovens e adultos	8.524*	0,1*
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	481.884	5,6

Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Fonte Anuário educação Básica de 2021

Diante desses dados podem vir a intensificar a evasão e até mesmo a exclusão, devido a pandemia por COVID-19⁹ enfrentada no Brasil no período. Acredita-se que muitos jovens abandonam seus estudos para ajudar no sustento de suas famílias, inserindo-se no mercado de trabalho, ou até mesmo pela falta de interesse nos estudos, gravidez na adolescência, reprovação escolar e a desmotivação, dificuldades na aprendizagem e o desestímulo da família. Tudo isso, deverá impactar no próprio mercado de trabalho, e, por isso, é importante a promoção de políticas públicas, a fim de incentivar os jovens a ingressar na EJA.

Conseqüentemente, o abandono escolar reflete naqueles cidadãos que sabem ler e escrever, porém não sabem interpretar, organizar suas ideias, têm dificuldades em se expressarem. Mas, vale ressaltar que conhecem letras e números e, nessa situação, são consideradas analfabetas funcionais, pois são pessoas com menos de quatro anos de escolaridade.

Segundo a PNDA contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, dos 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos de idade,

⁹ COVID-19, é uma infecção respiratória aguda e transmissível pelo coronavírus SARS-CoV-2, de transmissibilidade global.

Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 13 març/2022.

20%, ou seja, 10,1 milhões, não completaram alguma das etapas do ensino fundamental ou médio.

Portanto, a modalidade de educação EJA tem passado por retrocessos, pois não possui apoio, nem incentivo das políticas públicas, tampouco do Governo. Esse fato vem corroborando com o enfraquecimento da modalidade, o que denota uma irresponsabilidade dos governos com a EJA e, conseqüentemente, o fortalecimento dos interesses privativos.

Além do mais, com a situação da saúde decorrente da pandemia do Covid -19, aguçou o interesse privativo da EJA em ensino remoto, ou seja, a distância. Os Jovens e Adultos poderão ter a sua oferta fora da escola ou ser esvaziada de sentido escolar. Isso porque a Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, prescreve, em seu 5º parágrafo, que é admissível destinar na EJA até oitenta por cento de sua carga horária total de forma à distância (BRASIL, 2018). Nesse contexto, surge outra preocupação, a exclusão, a desescolarização daqueles que não têm acesso a um sistema tecnológico, que necessitam da presença do docente, devido ao pouco conhecimento, necessitando, conseqüentemente, se fazer presente em sala de aula. Assim, nas palavras de Nicodemos e Serra (2020):

no que se refere ao trabalho docente, é importante destacar que o processo de didatização dos conteúdos de ensino é muito complexo, sedimentando-se e modificando-se a partir de fatores como as práticas docentes e as tradições curriculares, bem como os saberes da experiência e das disciplinas de referência - enfim, um processo amplo sobre o qual os educadores se debruçam cotidianamente. Trata-se de um procedimento singular, estruturado por trabalhadores docentes licenciados para essa tarefa, construído em um espaço presencial próprio e seguindo regras específicas da cultura escolar. Repentinamente, toda essa complexidade é desconsiderada e muitas comunidades escolares são inseridas, de forma aligeirada e abrupta, sem formação específica e sem experiência prévia, em processos tecnológicos de interação humana e pedagógica à distância, em um experimento social sem precedentes na história recente da educação escolar. As problemáticas consequências desse processo seriam sentidas, inevitavelmente, em pouco tempo (NICODEMOS; SERRA, 2020, p. 12)

Seguindo essa lógica, há uma contradição, pois se a Constituição Federal de 1988, declara que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, os jovens e os adultos também precisam estar na escola, uma vez que se trata de um processo de

alfabetização, de letramento e outras habilidades. Se estes estudantes da EJA estão em processo de alfabetização, de letramento, se esses jovens, adultos e idosos estiverem fora da escola, ou melhor, não tiveram acesso à escola na idade certa, e, muitos destes em condição de vulnerabilidade, ou, então, não possuem aparelhos tecnológicos para uma aula à distância, ou não sabem manuseá-lo, é oportuno indagar-se como que estes sujeitos irão aprender sem a presença do educador? Logo, é de suma importância as políticas públicas que visam a presença do aluno da EJA em ambiente escolar público e com a presença e o aprendizado do professor.

O pesquisador Nicodemos (2022, p. 6) alerta para o “[...]compromisso de resistência a um conjunto de políticas para a modalidade, que fragilizam o sentido público da educação e que anulam, com seus retrocessos, a premissa que Educação é direito para todos e todas”. Pois, lembra o autor, “a EJA é uma oportunidade de melhorar o cenário da educação e, também, o desenvolvimento econômico desses jovens e adultos”.

Embora aprovada a resolução que permite o ensino híbrido na rede pública conforme o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, este modelo não é favorável para os estudantes da EJA. Considerando as palavras de Nicodemos (2022, p. 4) de que

a sua condição de trabalhador/a de baixa renda ou de trabalhador/a precarizado/a, marca distintiva dos educandos/as da EJA, coloca-o/as em patamares limítrofes de sobrevivência, o que impacta sobremaneira suas participações no modelo de ensino remoto implementado pelas redes públicas, assim como no modelo de ensino híbrido em curso (NICODEMOS, 2022, p. 4).

Essa análise reafirma que os estudantes que procuram a modalidade da EJA, são pessoas que lutam por condições de vida melhor e, em grande parte, vivem em condições de vulnerabilidade social e essas políticas implementadas de ensino híbrido e/ou em EaD coloca desses sujeitos em situação ainda pior, pois são pessoas que não possuem conhecimento com essas tecnologias, ou ainda não possuem tais tecnologias em seus domicílios, a falta de diálogo e do contato presencial a inclusão social a insegurança de aprender os conteúdos, dificuldade de concentração.

No dizer de APPLE (2015, p. 622), “grupos econômicos dominantes transferem a própria culpa pelos efeitos massivos e desiguais de suas próprias decisões equivocadas para o Estado”, então se resume nas desigualdades sociais, socioeconômica, que causam a pobreza, fome. Considerando essa constatação, Di Pierro(2010) afirma que

o problema do analfabetismo brasileiro tem se agravado pela falta de políticas públicas, e pela [...] falta de consciência social, pois, parece haver certa invisibilidade desse tema, como se pudéssemos

marginalizar milhões de brasileiros. Não é um problema residual, nem do passado, mas que se repete a cada dia (DI PIERRO, 2010, p. 27-33).

O analfabetismo é um problema das políticas públicas que não se resolve e vai aumentando esses dados.

2.2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA

A Alfabetização é considerada mais antiga que a escrita, assim, é entendida como uma aquisição do sistema tradicional de escrita, no entanto há uma distinção de letramento que é compreendido como o desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita. Nas palavras de Soares (2004, p.97) “alfabetização não é apenas aprender a ler e escrever”, “alfabetizar é muito mais que ensinar a codificar e decodificar” (SOARES, 2004, p 17) letramento é palavra e conceito recente, introduzidos na linguagem da ciência linguística a pouco mais de duas décadas. Soares (2000) afirma que

literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la (SOARES, 2000, p. 17).

Ainda nas palavras de Soares (2004, p.96), a alfabetização é entendida como aquisição do sistema convencional de escrita, isso distingue letramento como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades da leitura e da escrita. Diante dessas considerações, é necessário reconhecer que a alfabetização e letramento são indissociáveis, e, portanto, são processos que devem ser trabalhados simultaneamente.

Para muitos, a expressão de letramento é sinônimo de alfabetização, pois se entende que alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, porém, o letrado vai além, sabe ler e escrever, e utiliza a leitura e a escrita em vários contextos, interpreta, organiza ideias e reflexões. Salienta-se que, letrados seriam somente aquelas pessoas que sabem ler e escrever, isto é, pessoas alfabetizadas e escolarizadas. Ao mesmo tempo, “iletrado” poderia ser usado como sinônimo de “analfabeto”.

Segundo Kleiman (1995, p. 19), “letramento é um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e tecnológico, em contextos específicos para objetivos específicos”.

Outros aspectos importantes, na alfabetização dos adultos no período das cartilhas, eram alfabetizados por meio da memorização e codificação. Frente a isso, FREIRE (1981,

p.19), acreditava que alfabetizar com a memorização poderia ser um ato mecânico, algo vazio para repassar aos adultos. Em vista disso, Freire defendia uma alfabetização mais ampla que equivale ao que é apregoado hoje como “letramento”.

Portanto, na história da educação brasileira a alfabetização tinha dois métodos: analítico¹⁰ e sintético¹¹, e ainda um método misto e analítico- sintético. Por fim, alfabetizar era o método tradicional sob a influência das cartilhas, na qual se priorizava a soletração e a silabação. De acordo com Skorek(2020):

Nos círculos de cultura, o método utilizado era baseado na retirada de palavras-chaves, o que Freire chamava de temas geradores que tivessem um significado social, político, cultural e vivencial dentro do contexto em que os (as) alunos(as) viviam ou trabalhavam e depois essas palavras eram separadas em sílabas, servindo como base para o aprendizado da leitura e da escrita. O principal no trabalho de Freire não era o método, mas a concepção de alfabetização que ele possuía. A alfabetização dentro da concepção freireana tinha por princípio a conscientização, ou seja, a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, possibilitando o engajamento dos sujeitos na vida social, a fim de buscar mudanças e transformações. (SKOREK, 2020, p.96)

Para tanto, alfabetizar com significado para o estudante, que faça sentido, palavras, vocabulário da sua realidade, seu do cotidiano. Além disso, SKOREK(2020) menciona FERREIRO; TEBEROSKY, (1985, p. 15) sobre “a interpretação do processo (alfabetização) do ponto de vista do sujeito que aprende”. Segundo as autoras, o erro passou a ser visto como parte do processo de construção do conhecimento e o(a) professor(a) como facilitador(a) da aprendizagem.

Freire (1981) comenta que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente, ou seja, a realidade do aluno da EJA possui características distintas de alunos do ensino fundamental e médio, uma vez que chegam na sala de aula já estão cansados, exaustos da vida cotidianas”. Então, Freire (1981) defende seu método de alfabetização de adultos, relembrando seu próprio processo de alfabetização, ao explicitar que,

a decifração da palavra fluía naturalmente da “leitura” do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando supostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro negro, gravetos, o meu giz (FREIRE, 1981, p. 15).

¹⁰ Método Sintético: Parte das menores unidades da língua (letras, fonemas e sílabas) para as maiores (palavras e frases)

¹¹ Método Analítico: Inicia o processo de alfabetização por uma palavra, uma frase ou uma história (palavra-chave) que desencadeará o estudo das letras e dos sons que compõem a palavra.

O estudante da EJA, de certo modo, tem uma leitura de mundo, por isso precisa ser levado em consideração, de tal modo que o professor precisa valorizar o que aluno traz em sua bagagem de conhecimento, buscando unir a experiência de vida do aluno ao mundo letrado. Nessa perspectiva, Oliveira (2012), explica que,

necessitamos criar situações, tais quais ocorrem na vida das pessoas letradas: procurar determina informação, tentar compreendê-la, conversar sobre ela, ler ou ouvir um texto, fazer anotações, registrar algo importante, escrever lembretes do que não pode ser esquecido, fazer diários, escrever relatórios e tantas outras. (OLIVEIRA, 2012, p. 194).

Outro fator importante, é considerar tudo o que rodeia a leitura e escrita, enfatizar o que gostam de ler, de escrever em seu cotidiano. E nessa perspectiva também alerta a autora ao dizer que,

além disso, ainda precisa-se confiar na capacidade de aprendizagens dos alunos, ter grandes expectativas a respeito do seu desempenho. Nas aulas, deve-se observar o quanto os educandos acompanham, o que evidenciam o que são capazes de pensar e fazer, acreditar em suas aptidões e apostar o mais alto possível. (OLIVEIRA, 2012, p.187).

Seguindo essa mesma lógica, Freire(2007, p. 27) relata que,

o papel do educador não é só ensinar os conteúdos básicos, mas dar oportunidades ao educando tornar-se crítico e através da leitura compreender o que acontece no seu meio, não apenas ler sem um contexto, tornando-se uma leitura mecânica.

Por isso, espera-se que o educador, conseqüentemente, irá exercitar com os educandos a prática do pensar, o que levará os sujeitos sentirem-se motivados e mobilizados a participar. Por esse motivo, é necessário que o educador adote uma relação de parceria com o educando, favorecendo o diálogo e propiciando uma nova visão de mundo, problematizando a realidade em que se encontra inserido e levando-o a refletir sobre o conhecimento adquirido.

Portanto, o processo de alfabetização deve levar em consideração que a escrita e a oralidade são interdependentes. De acordo com Tfouni(2005),

[...]um aspecto que tem que ser considerado nessa nova perspectiva é que a relação entre escrita e oralidade não é uma relação de dependência da primeira e da segunda, mas antes é uma relação de interdependência, isto é, ambos os sistemas de representação influenciam-se igualmente. (TFOUNI,2005, p.19).

Nesse sentido, é de extrema a importância da leitura para os estudantes da EJA, como são aprendizes e não tem muito contato com leitura, não tem como exigir uma

leitura extensa, científica, complexa, mas sim apresentar e, incentivar leituras curtas como poesias, crônicas, reportagens, ou até coisas do seu cotidiano, como rótulos de uma embalagem, placas que vem contribuir na leitura, na aprendizagem. Conforme Oliveira (2012, p.94)

Precisa se desenvolver oportunidades de uso real de língua escrita, tais como ler para se informar, para aprender, para descobrir, para saber mais sobre algo, para ampliar a visão de mundo, para se encantar, para despertar a imaginação, para passar o tempo, para se reconciliar com o sagrado, para se conhecer a si mesmo. Para se refletir sobre a situação da vida coletiva ou individual, para sorver poesia, admirar obras de arte, entender gráficos, apreciar filmes e tantas outras.

Em outras palavras, a importância da leitura para o jovem, e o adulto é que possa se tornar uma pessoa reflexiva, crítica, e participativa nos debates, para argumentar e defender suas ideias e opiniões diante da sociedade, na comunidade, criando sua própria identidade.

Compreende-se que ler e escrever, são coisas distintas, mas devem estar ligadas, assim como a alfabetização e o letramento que são indissociáveis. Diante dessas considerações, Skorer (2020), menciona que,

no processo de escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas, aprender a ler e a escrever ultrapassa o processo estrito de alfabetização; trata-se de uma aprendizagem permanente, em que a concepção dos conteúdos significativos para os(as) alfabetizados(as) deve ocorrer a partir do diálogo. (SKOREK, 2020, p. 104)

Nesse viés, o dialogo traz a participação dos estudantes da EJA, na troca de conhecimento, ideias, no empoderamento desses educandos, na sociedade. Conforme Shorer (2020 apud FREIRE; SHOR, 1987, p.122):

[...] deveríamos entender o “diálogo” não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir obter alguns resultados. Também não devemos entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isso faria do diálogo uma técnica para manipulação, em vez de iluminação (FREIRE; SHOR, 1987, p.122).

Embora seja pouco o contato com a leitura, enfatizar o que gostam de ler é de suma importância, valorizar o que os estudantes trazem em sua bagagem de conhecimentos.

Para Oliveira (2012, p. 185), “os analfabetos não requerem pena ou comiseração. São homens e mulheres encharcados de conhecimentos, de filosofias de vida, de histórias

e experiências, com inúmeras habilidades e competências”. Para tanto, eles precisam ser vistos com respeito, pois são jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de gozar de seus direitos, de estar na escola quando crianças ou adolescentes.

A seguir, passa-se a apresentar os resultados do mapeamento das pesquisas sobre a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no/do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2010 a 2021.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico escolhido para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), que objetiva mapear, situar e analisar os principais objetos e focos de análise das pesquisas, teses (Doutorado) e dissertações (Mestrado), no estado do/no Rio Grande do Sul sobre alfabetização e/ou letramento na EJA situados na Biblioteca digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), visando contribuir para a construção do “estado do conhecimento” sobre o tema Alfabetização de Jovens e Adultos no estado do Rio Grande do Sul, bem como a relevância em situar as buscas “do”/”no” Rio Grande do Sul/RS, justifica-se pelo fato de que há pesquisas desenvolvidas em IES do RS, bem como no campo de investigação da alfabetização e letramento na EJA. . Haja vista que há investigações que ocorrem em IES do RS, mas o campo de pesquisa é em outro estado da federação. Optou-se por considerar todas as pesquisas realizadas em IES do RS, porém elas podem ter seu campo de investigação, também, em outras IES da federação.

A metodologia é essencial para detalhar como ocorrerá o processo da pesquisa está de acordo com Minayo (2007, p. 44 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), a metodologia, de forma abrangente e concomitante, pode ser definida:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o ‘caminho do pensamento’ que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a ‘criatividade do pesquisador’, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

A pesquisa é de natureza qualitativa que, segundo Lüdke e André (1986, p. 11), “tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Diante dessas considerações, a pesquisa qualitativa precisa acontecer em três momentos, ou sejam, quando ocorre a definição do problema e o local em que ela será feita; a realização da coleta de dados e finaliza com os dados coletados e a análise sobre eles (LÜDKE; ANDRÉ,1986). Para finalizar todo esse processo, será o momento de fazer o levantamento e a Análise de dados da pesquisa. Para Lüdke e André (1986, p. 45), “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo material obtido durante a pesquisa”. Para a realização dessa pesquisa, o caminho metodológico está orientado na pesquisa bibliográfica, sendo sua concepção sustentada a partir do estado do conhecimento e da análise de dados realizada de forma qualitativa.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito [...]”. Em diálogo com os autores observa-se que essa pesquisa possibilita novas escritas sobre o conteúdo a ser estudado. Quanto às pesquisas do tipo do Estado do Conhecimento, Romanowski e Ens (2006, p. 39 - 40) orientam que, para realizar um “estado da arte” (...) não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções e os congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento”.

Assim, nesta pesquisa, optou-se pela pesquisa do tipo estado do conhecimento, uma vez que se deve trabalhar com, apenas um setor das publicações sobre o tema, na plataforma da BDTD/IBCTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, realizando um mapeamento das dissertações e das teses sobre Alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, sobre o tema ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DO/NO RIO GRANDE DO SUL/BR, no período dos últimos 11 anos. O Estado de Conhecimento segundo Morosini e Fernandes (2014, p. 155), “favorece tanto a leitura de realidade do que está sendo discutido na comunidade acadêmica, quanto em relação a aprendizagens da escrita e da formalização metodológica para desenvolvimento do percurso investigativo”. O estado de conhecimento também tem a finalidade de fazer a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando

periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

Quanto à análise dos dados da pesquisa, utilizar-se-á a metodologia da análise de conteúdo, que segundo MINAYO (1994, p. 43), é muito mais que conjunto de técnicas que se refere às hipóteses ou à questão. Com a análise de dados, pode-se encontrar as respostas das questões formuladas ou estabelecidas antes do trabalho. Diante disso, na análise de dados é possível verificar uma obra, analisar um depoimento, compreender textos e livros didáticos.

Diante dessas constatações, MINAYO (1994) afirma que

a) Definição da amostragem. A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é ‘quais indivíduos sociais têm uma vinculação “mais significativa para o problema a ser investigado?’ A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. b) Coleta de dados. Devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para pesquisa suplementar de dados, caso se utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo. c) Organização e análise de dados devemos descrevermos com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possíveis para análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para organização e sistematização dos dados. MINAYO (1994, p. 43-44)

A partir da literatura de base na área de investigação, fez-se uma leitura inicial, flutuante, no banco de dados da plataforma Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a partir das palavras chaves da pesquisa, utilizando-se do descritor Alfabetização + Letramento + na educação de jovens e adultos Rio Grande do Sul, Também se empregou a busca separando Alfabetização e Letramento, como segue > Letramento + educação de jovens e adultos estado do Rio Grande do Sul + Alfabetização + educação de jovens e adultos + Rio Grande do Sul.

Nessa busca, foram encontrados, inicialmente, 26 trabalhos. Optou-se por fazer um recorte dos últimos 10 anos, ou seja, de 2010 a 2021. Essa escolha se justifica por se

considerar tratar-se das pesquisas mais atuais, na área. Esse refinamento também se constituiu pela busca por pesquisas cujos títulos constatassem a palavras letramento e/ou alfabetização, uma vez que o conteúdo das investigações se constitui pela unidade temática da pesquisa, ou seja, que os objetos da investigação estivessem representados em seus títulos. Esse resultado levou a 07 pesquisas.

Após essa primeira etapa, seguiu-se a investigação a partir de uma leitura atenta aos resumos, bem como nos textos completos das pesquisas, buscando identificar os elementos que compõe a investigação, qual seja: os objetivos da pesquisa; os autores referentes à EJA; o referencial teórico e metodológico utilizado e os resultados das investigações.

A partir desse movimento inicial, passou-se a construção de quadros de categorização dos achados por ano; autores; instituição; títulos; objetivos; objeto de pesquisa, autores que se referem à EJA; referencial teórico; metodologia e resultados.

A seguir apresentou-se a base teórica que sustenta essa investigação fazendo uma reflexão sobre o tema em debate, qual seja a alfabetização e o letramento na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil

4. O ESTADO DE CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BR

Neste capítulo, apresenta-se o estado do conhecimento referente ao campo das pesquisas sobre Alfabetização e Letramento na EJA em Dissertações e Teses realizadas no estado do Rio Grande do Sul. Nessas pesquisas, foram levantados 26 trabalhos no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre a educação de jovens e adultos produzidos no período de 2002 a 2021. Salienta-se que destes 26 trabalhos, apenas 9 trabalhos tratam do nosso objeto de estudo entre período de 2010 a 2021 e nenhum trabalho com o tema agrupado.

4.1 A ORGANIZAÇÃO E A ESCOLHA DOS BANCOS DE DADOS PARA ESTA PESQUISA

De maneira qualitativa, iniciou-se a pesquisa com o levantamento de dados no Repositório Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (RIDI), do Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) e, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como palavras chave alfabetização e/ou letramento na Educação de Jovens e Adultos, especificamente nas instituições no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

As primeiras pesquisas encontradas tiveram seus registros no BDTD/IBICTD, a partir do ano de 2002. A opção dessa investigação foi de investigar os últimos 11 anos de pesquisas na área. Os dados revelaram, inicialmente, 26 trabalhos entre os anos de 2002 e 2021. Dessas pesquisas, apenas 09 pesquisas têm aproximação com o objeto de estudo, qual seja, a alfabetização e/ou letramento da EJA. A busca direcionou-se para as pesquisas que tivessem no título e nas palavras-chaves: letramento e/ou alfabetização na EJA. Fez-se uma leitura dos resumos e, também, uma leitura flutuante dos textos na íntegra, para identificar elementos que não estavam explícitos nos resumos, de modo a atingir os objetivos desta investigação. Conforme os quadros a seguir, realizaram-se 04 trabalhos na UFRGS, 01 trabalho na UFSM, 01 trabalho na UFFS e 01 trabalho na UCPEL. Durante a pesquisa, observou-se que não houve publicação de trabalhos com a **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO** no mesmo título.

No Quadro 1, a seguir, é possível identificar os 04 trabalhos, sendo 03 teses e 01 dissertação sobre letramento, encontrados nas universidades do/no estado do Rio Grande do Sul, pelos dados extraídos da BDTD.

Quadro 1: Pesquisas identificadas nos dados sobre título Letramento

Curso	UFRGS	UFFS	UCPEL	UFSM	TOTAL
Tese	2	-	1	-	
Dissertação	1	-	-	-	
Total	3		1		4Trabalhos

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados (2021)

No Quadro 2, identificaram-se as teses e as dissertações, relacionadas ao tema alfabetização, retiradas das pesquisas realizadas nas instituições situadas no estado Rio Grande do Sul.

Quadro2: Pesquisas identificadas sobre título Alfabetização

Curso	UFRGS	UFFS	UCPEL	UFSM	TOTAL
Tese	1	-	-	1	
Dissertação	2	1	-	-	
TOTAL	3	1		1	5Trabalhos

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados (2021)

Nos Quadros 3, 4, 5 e 6, seguem as pesquisas identificadas nas instituições UFRGS, UFSM, UFFS e UCPEL, sua temporalidade e área de curso.

Quadro 3. Pesquisas identificadas na UFRGS e sua temporalidade e área

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS) - 2 dissertações de Mestrado e 3 teses de doutorado, por Temporalidade e área			
DISSERTAÇÕES			
Número		Área	ANO
1	SILVA, Cláudia Helena Dutra da. Letramento, gêneros do discurso e práticas sociais: ensino de línguas adicionais na educação de jovens e adultos. Orientador: Schlatter Margarete. Disponível: < https://lume.ufgrs.br/handle/10183/32894 >	Linguística	2011
2	VICENTE. Nataniel Antônio, Alfabetização espacial na aprendizagem de jovens e adultos: um diário de aventuras. Orientador: Castrogiovanni, Antônio Carlos. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/128938	Geografia	2015
3	GOMES, Arrais Fidelis da Silva. Políticas Educacionais de Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau: A presença do método Alpha Tv. Orientador: SANTOS, Simone Valdete dos. Disponível em: < http://hdl.handle.net/10183/183181 >	Educação	2018
Teses			

4	BEVENUTI, Juçara. Letramento, leitura e literatura no ensino médio da modalidade de educação de jovens e adultos: uma proposta curricular. Orientador: Luciene Juliano Simões. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/37807	Linguística	2011
5	COSTA, Valeria Machado da. Letramento multissemiótico por meio do infográfico: um estudo de caso com alunas do programa mulheres mil. Orientador: Sergio Roberto Kieling. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/60938	Tecnologias da educação	2014
6	MORAES, Jaira Coelho. Brasil alfabetizado e misión robinson: um estudo comparativo acerca das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela – 2003-2013. Orientador: PERONI, Vera Maria Vidal. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/117779	Educação	2015

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados 2022

Mediante o exposto acima, a UFRGS possui 06 investigações, sendo 03 teses e 03 dissertações que abordam o tema letramento e também alfabetização. A UFRGS só em 2011, conta com duas pesquisas. As investigações foram uma tese e uma dissertação, sendo 02 na área da linguística. Destaca-se, também, que no ano de 2015, houve duas publicações na área da educação teve 01 tese e 01 dissertações na área da Geografia. Em 2014, apenas 01 tese na área de tecnologias da educação.

A dissertação realizada por Claudia Helena Dutra da Silva tem como tema: Letramento, gêneros do discurso e práticas sociais: ensino de línguas adicionais na educação de jovens e adultos. Nela, a autora busca ampliar a participação dos educandos em debates sobre turismo, proporcionando oportunidades para que reflitam criticamente sobre a temática e para que possam ressignificar seus conhecimentos sobre suas próprias cidades.

A análise da unidade didática discute seu processo de elaboração, os conhecimentos sobre suas cidades, os critérios utilizados para o planejamento e os objetivos de cada tarefa, salientando a relação da sequência de tarefas com os objetivos gerais da unidade e com o desenvolvimento de leitura pretendido. A pesquisadora usa como referenciais teóricos SCRIBNER e COLE, 1981; STREET, 1984; HEATH, 2001; GEE, 2004, e; BARTON, 2007) e na noção bakhtiniana de gênero do discurso

(BAKHTIN, 2003), a metodologia utilizada pela pesquisadora compreende os resultados da pesquisa e evidencia que o desenvolvimento da unidade didática pela turma observada, promoveu a participação dos alunos e possibilitou que lessem e produzissem textos em língua inglesa, além de refletirem sobre o próprio contexto e sua vida.

A segunda dissertação, de Nataniel Antônio Vicente, tem como tema: Alfabetização espacial na aprendizagem de jovens e adultos: um diário de aventuras. O autor investiga sobre a estrutura escolar, a prática docente e a ontologia do aluno da EJA. O autor utilizou como arrimo conceitual às reflexões e os conceitos de espaço geográfico e de lugar. A produção do espaço geográfico, nos tempos de Globalização, parece cada vez mais desvelar a característica de totalidade das operações processuais ocorridas entre os objetos e os sujeitos. O conhecimento da essência desse espaço geográfico precisa ser estimulado por um processo de leitura relacional de seus elementos (construções, ações de sobrevivência, estímulo do desenvolvimento econômico, entre outros). O objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorria, ou não, o processo de alfabetização espacial na aprendizagem discente da Educação de Jovens e Adultos. O pesquisador usou como referenciais teóricos: CASTELLS, 1999; STRAFORINI, 2008; FREIRE 2006; GAJARDO e WERTHEIN, 1983; SILVA, 2000; WEBBER, 2004.

Além disso, empregou-se a metodologia a pesquisa de campo. O resultado consistiu que alunos trazem de suas relações do cotidiano uma leitura de mundo e parece apresentar uma análise relacional de alta densidade ao refletir sobre questões manifestas do espaço vivido. Isso ao que se pressupõe, pode os tornar competentes em transformar esse espaço vivido em espaço percebido, mas o espaço concebido, ao que imagina talvez ainda seja uma prerrogativa distante. Suas ontologias podem expressar um entendimento correlacionado entre os elementos locais com os globais, mas essa operação traz o entendimento contextual e sugere uma forte reprodução do agendamento midiático. A terceira dissertação é de Arrais Fidelis da Silva Gomes e tem como tema: Políticas Educacionais de Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau: A presença do método Alpha Tv. O estudo chama a atenção para o fenômeno do analfabetismo na população jovem e adulta da Guiné-Bissau, buscando compreender porque a alfabetização de jovens e adultos ainda não figura entre as prioridades da política educacional desse país africano, identificando as possibilidades de transformação dessa realidade e os fatores que interferem no processo educacional. O estudo concluiu que o estado guineense precisa implementar um sistema educacional para a alfabetização de jovens e adultos, como política pública destinada a todo o seu território.

A tese de mestrado de Juçara Bevenuti tem como tema Letramento, leitura e literatura no ensino médio da modalidade de educação de jovens e adultos: uma proposta curricular. Com o objetivo de criar uma Proposta Curricular de Literatura para Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com ênfase na leitura e no letramento dos alunos. A autora usa como referencial teórico: Paulo Freire (1983-2003); Wolfgang Iser (1999); André, Jolles (1976); Regina Leite Garcia; Antônio Flávio Barbosa Moreira (2006); Gimeno Sacristán (2000); Shirley Brice Heath; Brian Street (1984) e Rildo Cosson (2009). A pesquisadora teve como problema a preocupação com a qualidade do ensino que a levou a realizar uma investigação ampla nas duas turmas do projeto de ensino EJA/PROEJA durante três semestres.

Ademais, a pesquisadora coloca em sua proposta o objetivo de aproximar a escola e o ensino de literatura da realidade do aluno, de oferecer-lhe instrumentos para atuação consciente na sociedade letrada em que vive, sem esquecer de valorizar os saberes não escolarizados que já possui. Por isso, ela menciona que planejou suas atividades que partem das formas mais simples da oralidade e que vão aumentando o nível de exigências de raciocínio e de posicionamento crítico gradualmente. Todas as aulas iniciam com relatos orais e culminam com a produção escrita. Entre uma tarefa e outra, disponibiliza diversas leituras de gêneros variados, que os alunos podem livremente escolher, permitindo-lhes participar de discussões, debates com os colegas os quais ampliam seu horizonte de expectativas. A produção textual de cada aluno é reunida em um portfólio que lhe permite acompanhar seu crescimento e apresentar à comunidade em uma exposição ao final do semestre.

A outra tese é de Valeria Machado da Costa, traz como tema Letramento multissemiótico por meio do infográfico: um estudo de caso com alunas do programa mulheres mil. Coloca como objetivo verificar em que medida a criação infográficos podem contribuir para o letramento multissemiótico de alunos jovens e adultos. O problema desta pesquisa é no caso dos adultos, muitas vezes provenientes de uma educação acidentada e com pouco contato com a cultura digital, o desenvolvimento do letramento multissemiótico configura-se não só como uma necessidade acadêmica, mas também profissional e social. Os resultados do teste de *Student* mostram que houve uma diferença estatisticamente significante entre os resultados dos questionários aplicados antes e depois do curso. O de *effect size* mostrou que o maior impacto foi na dimensão das atividades ligadas à criação de textos multimodais, evidenciando que a criação de infográficos com o uso do Prezi ensejou o letramento multissemiótico das alunas.

Já a tese de Jaira Coelho Moraes tem como tema Brasil alfabetizado e *misión robinson*: um estudo comparativo acerca das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela – 2003-2013, o tema aborda a questão do alfabetismo/analfabetismo como um dos problemas sociais que mais atingem a América Latina. A base de investigação deu-se por meio de documentos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, entre outros dispositivos legais, no Brasil. Para a Venezuela, documentos com base na Constituição Bolivariana de 1999, Lei Orgânica de 1980 e outros documentos que versam sobre as missões bolivarianas. E, com o resultado, apresentam aspectos e elementos contraditórios na sua essência que reforçam e dão continuidade ao atual modelo social, econômico, político e cultural excludente que ainda vivemos. O intuito desta pesquisa é contribuir na formulação de políticas emancipatórias que reflitam não somente na diminuição das taxas de analfabetismo, como também no nível de qualidade de ensino e aprendizagem dos jovens e adultos.

O fato que mais chamou a atenção foi que a área da linguística e a área da educação têm o mesmo número de investigações, outro fato relevante é que as publicações são nos mesmos períodos, uma vez que se a expressiva maioria os profissionais da área da EJA que trabalham com alfabetização são pedagogos, portanto o campo da educação deveria ser um campo de investigações na área. Por outro lado, é inegável a importância de outras áreas investigando essa modalidade de educação a partir dessas temáticas.

No quadro 4 Pesquisas identificadas na UFSM

Quadro 4. Pesquisas identificadas na UFSM e sua temporalidade e área

Universidade Federal de Santa Maria-(UFSM) 1 tese de doutorado, por Temporalidade e área			
Tese			
Número		Área	Ano
1	JUCHEM, Luiza de Salles. Alfabetização de jovens e adultos e a consciência fonológica: um estado sobre concepções de alfabetizadores. Orientadora: Doris Pires Vargas Bolzan Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3514	Educação	2015

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados. (2022)

Outrossim, na tese de Luiza de Salles Juchem, o tema abordado é: Alfabetização de jovens e adultos e a consciência fonológica: um estado sobre concepções de alfabetizadores. Como objetivo geral, buscou-se compreender as concepções de um grupo

de professores participantes do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do município de Santa Maria/RS, quanto à alfabetização de jovens e adultos e à consciência fonológica neste processo. A autora procurou investigar e conhecer as trajetórias formativas de cinco alfabetizadores de jovens e adultos, que atuavam no PBA durante o ano de 2013, identificar suas concepções sobre a construção da leitura e da escrita de jovens e adultos em processo de alfabetização inicial e, por fim, reconhecer as concepções desses professores sobre consciência fonológica no processo de construção da leitura e da escrita de jovens e adultos.

Ressalta-se que a autora usou como referencial teórico Bolzan (2002, 2006, 2009), Isaia e Bolzan (2006), Isaia (2003), Bakhtin (2010, 2012), Freitas (1998, 2002), Vygotsky (2005, 2007), Marcelo Garcia (1997, 1999, 2010), Nóvoa (1997), Tardif (2012 e 2009), Gadotti (2008), Freire (1978, 1979, 2006, 2011), Schwartz (2010), Morais (2012), Ferreira (2012) e Ferreira e Teberosky (1999). A metodologia nesta pesquisa foi qualitativa de uma narrativa histórica. A partir de então, passou a propor algumas habilidades metalinguísticas, com distintas finalidades. Embora fundamentadas no empirismo, o fato de os alfabetizadores desenvolverem atividades desta natureza e manifestarem-se favoráveis a elas, permitiu-nos reconhecer a valorização atribuída à consciência fonológica. Assim, a partir desta análise compreende-se que os alfabetizadores realizam um movimento dialético, atentos às suas formas de ensinar e de aprender dos estudantes e sua recíproca implicação, emergindo como elemento transversal, o comprometimento.

Destarte, neste Quadro 4, verifica-se que nos últimos 11 anos só houve um registro no repositório da BDTD, somente uma tese de doutorado na IES de UFSM, publicada no ano de 2015, e está relacionada ao tema alfabetização, na área da educação. Isso demonstra que há pouco interesse dos pesquisadores nesta área, ainda que a IES da UFSM, possui o curso de pedagogia nas modalidades presencial e EaD.

No quadro 5 a seguir, são registradas as Pesquisas identificadas¹² na UFFS e sua temporalidade e área

Quadro 5. Pesquisas identificadas na UFFS e sua temporalidade e área

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) 1 dissertação de mestrado, por Temporalidade e área
Dissertação

¹² Esta identificação não acolheu registros de pesquisas sobre o tema, na UFFS, após 2018, conforme justificativa da Divisão de Bibliotecas da UFFS, descrita, nessa seção, do TCC.

Numero	Referência	Área	Ano
1	Jevinski, Camila Paula. Alfabetização de jovens e adultos: um estudo sobre o perfil dos (as) alfabetizados (as) do município de Erechim/RS. Orientador: Thiago Ingrassia Pereira. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2415	Educação	2018

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados. (2022)

A dissertação de Camila Paula Jevinski apresenta como tema Alfabetização de jovens e adultos: um estudo sobre o perfil dos (as) alfabetizados (as) do município de Erechim/RS. A pesquisadora dispõe investigar qual o papel desta instituição no enfrentamento do analfabetismo no âmbito municipal, tendo em vista o perfil dos jovens e adultos alfabetizando, bem como diagnosticar o fenômeno do analfabetismo no município de Erechim, compreendendo o contexto social das turmas de alfabetização de jovens e adultos. Usou como referencial Gadotti e Romão (2011), Paiva (2015), Paludo (2001), Schuwarts (2013), Streck (2018). Denota-se que dentre os resultados desta pesquisa, apresenta-se o perfil e as possibilidades formativas do (a) alfabetizando (a) do município de Erechim/RS.

Reforça-se, nesses últimos escritos, a inexistência de um método pronto, algo acabado, mas sim, o desafio que fica é o de buscar estar sempre em permanente formação, aprendendo com nossos colegas educadores e, também, com os educandos, ou seja, continuamente pesquisando e refletindo sobre nossa prática educativa, para que, dessa forma, possamos revê-la, recriá-la e reinventá-la, constantemente.

Na IES da UFFS inicialmente, identificou-se, apenas, uma pesquisa no ano de 2018 na área educação. Considerando que a UFFS é a IES em que a orientadora desenvolve pesquisas na EJA, essa informou que havia uma investigação, sob sua orientação, defendida em 2020, com o tema: Alfabetização na Perspectiva do Letramento na Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas no município de Dois Vizinhos-PR, de autoria de Cenira Rosa Cechin Skorek.

A ausência do registro dessa pesquisa levou a buscar informações junto à divisão de bibliotecas da UFFS, em 14/03/2022, e a informação foi que a BDTD não está coletando o Repositório Digital da UFFS há algum tempo e já estão em contato com o IBICT para solucionar o problema. Informaram que esse não é um problema específico da UFFS, outras instituições também não estão sendo coletadas adequadamente tanto pela BDTD quanto pelo Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica

objetivo da presente pesquisa é investigar como os alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) constroem seus letramentos e como se constituem identitariamente, em percursos escolares e não escolares, e na educação profissional. A investigação pauta-se na linha de pesquisa qualitativa, perspectiva etnográfica que interpreta a realidade social, experiências humanas, deslocamentos e pertencimentos dos sujeitos ao contexto sociocultural.

A pesquisa resulta em análises e interpretações que revelam que o PROEJA mobiliza a inscrição dos sujeitos em novos percursos de letramento traduzindo as identidades. As leituras dos sujeitos compõem-se pela diversidade, relacionam-se ao cotidiano e ao trabalho, distantes das concepções hegemônicas de leitura escolar. A pesquisadora tem como base teórica teoria dialógica *bakhtiniana* e os Novos Estudos do Letramento, Vygotsky

Na pesquisa observa-se que IES da UCPEL localizada ao sul do estado, modo que está instituição é uma das pioneiras do estado. Na BDTD, encontra-se apenas uma tese na área da Linguística, no ano de 2015, sobre o tema letramento. Em síntese, observa-se que nos últimos 11 anos, consta apenas uma publicação no repositório BDTD de pesquisas relacionadas a este tema.

É importante ressaltar que os trabalhos foram produzidos em instituições federais e filantrópica do estado do Rio Grande do Sul, podemos citar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Católica de Pelotas (UCPE).

A instituição com maior número de trabalhos, considerando na pesquisa o período de 2010 a 2021, foi a UFRGS com 3 de teses de doutorado realizados nos anos 2011, 2014, 2015 e, três dissertações de mestrado publicados em 2011, 2015 e 2018. Porém, observa-se que a partir de 2018, evidencia uma estagnação nesta área da pesquisa.

No entanto, a UCPEL e UFSM apresentaram neste período, apenas uma tese de doutorado, cada uma delas, no ano de 2015. Pontua-se que essas instituições também são consideradas mais antigas, porém com poucas publicações. Contudo, desde 2015 não há novas publicações de pesquisa relacionadas a alfabetização e letramento na educação de jovens e adultos. Por outro lado, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), uma instituição com apenas 11 anos de fundação, foi localizada uma dissertação de mestrado no ano de 2018.

As pesquisas foram realizadas nas seguintes áreas dos Programas de Pós-Graduação: Educação, Educação e Informática e Linguística, conforme quadro a seguir:

Quadro 7: Áreas de pesquisas dos Programas de Pós-graduação

ANO/ÁREA	EDUCAÇÃO		LINGUISTICA		TECNOLOGIA DA EDUCAÇÃO		GEOGRAFIA	
2011			1T	1D				
2014					1T			
2015	2T		1T					1D
2018		2D						
TOTAL	9 PESQUISAS							

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados. (2022)

Conforme os dados coletados anteriormente, estes estudos foram realizados nos anos de 2011, 2014, 2015, e 2018, nas seguintes áreas de pesquisa: Educação, Linguística, Tecnologia da Educação e na Geografia.

Compreende-se, neste recorte da pesquisa de 2010 a 2021, que há 3 teses em 2015 e uma dissertação neste mesmo ano. Ainda de acordo com a pesquisa, observa-se que 2 dissertações foram realizadas em 2018. Entretanto, esses estudos foram realizados nas instituições de ensino IES do RS, porém o campo de estudo foi em outros países e estão embasados na comparação das políticas de alfabetização do Brasil e na Venezuela -2003-2013 no mesmo modo. O outro estudo trata-se de uma dissertação de mestrado realizado em 2018 sobre Políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos na Guiné-Bissau. Embora essas duas pesquisas tenham sido realizadas em outros países, duas falam sobre alfabetização e foram desenvolvidas por instituições do Rio Grande do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral compreender e situar os principais objetos e focos de análise das pesquisas de teses (Doutorado) e dissertações (Mestrado) no estado do Rio Grande do Sul de alfabetização e/ou letramento na EJA. Para tanto, buscou-se mapear as pesquisas sobre alfabetização e/ou letramento na Educação de jovens e adultos (EJA).

Desse modo, buscaram-se alguns estudos teóricos e metodológicos sobre alfabetização e/ou letramento na educação de jovens e adultos a fim de se refletir acerca dessas duas perspectivas epistemológicas que possam contribuir para outras pesquisas, como a formulação de políticas públicas de educação e a prática em sala de aula. A partir dos dados obtidos no Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizou-se a análise das pesquisas identificadas em quatro dissertações e cinco teses, categorizando-os quanto à temporalidade, aos seus resultados e às suas contribuições para se aproximar do estado do conhecimento. O processo de levantamento e de discussão das características que constituem o objeto de investigação, qual seja a alfabetização e o letramento na Educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

Os resultados apontam a necessidade de investigar e aprofundar pesquisas acerca desse relevante temático na EJA no estado Grande do Sul. Dada a particularidade que caracteriza essa modalidade de educação, a produção analisada sinaliza espaços para o aprofundamento no que se refere ao estudo da categoria letramento na EJA. Destaca-se que tal necessidade se amplia, nesses tempos nebulosos de investimentos em políticas públicas para a educação brasileira. Exemplificam-se as referidas contradições com os altos índices de analfabetismo no decorrer do presente trabalho, demonstrando claramente que as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014/ 2024, não foram atingidas e estão longe de serem alcançadas.

Frisa-se que, no estado do Rio Grande do Sul, houve queda acentuada de 5,4% no número de matrículas entre 2020 e 2021, ou seja, foram 43 mil matrículas a menos. Outrossim, em 2019, o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no estado Gaúcho, correspondia há, aproximadamente, 71 mil; em 2020, caiu para 42 mil matrículas, e; em 2021, o número de matriculados não atingiram 31 mil alunos.

Nessa perspectiva, percebeu-se que há outro problema grave ocorrendo, no estado do Rio Grande do Sul, a redução do número de escolas de EJA, uma vez que muitas fecharam devido a estrutura física escolar, ou seja, ao sucateamento das instituições, a

deterioração do patrimônio, pois não há investimento do governo para manutenção ou reformas. Segundo dados do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS)¹⁵, o governo tem a intencionalidade de enxugar as matrículas da EJA na rede pública, com o intuito de reduzir gastos e entregar essas vagas para a rede privada. Esse fato vem se materializando desde 2019 quando houve a extinção de 40 mil inscrições na EJA. Esses dados foram extraídos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir de informações do Censo Escolar 2021 e divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Nesse contexto, o Dieese afirma que de 2016 a 2021 foram 171 escolas fechadas no estado do Rio Grande do Sul (RS).

Além disso, a pandemia por Covid 19 mostrou esse descaso, bem como a evasão dos estudantes no ensino híbrido semipresencial ou online, já que 258 municípios não registraram matrículas na EJA na rede estadual, assim como 178 municípios não registraram matrículas nem na rede estadual nem na municipal.

Esse cenário é desolador, à medida que se apresentam as contradições da sociedade. Por um lado, índices alarmantes de jovens e adultos que não completaram o ciclo escolar e, não estão gozando de seus direitos. E, por outro lado, o estado do Rio Grande do Sul fechando escolas e enxugando matrículas de EJA.

Por fim, o entendimento que se tem, com o presente estudo, é de que a promoção de políticas públicas voltadas para o letramento e para a alfabetização na EJA deve ser contínua e, o governo, mais do que garantir constitucionalmente o direito à educação deve propiciar os meios dignamente, de forma a facilitar o ensino, a atender às necessidades especiais e peculiares desses alunos pertencentes a essa modalidade de ensino, criar incentivos para atrair mais alunos a fim de erradicar o analfabetismo e fazer cumprir as metas estipuladas no PNE2014/2024.

O exercício para a compreensão dessas questões trouxe o entendimento de que é preciso políticas públicas permanente, com metodologias voltadas ao processo de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos, pois trata-se de um direito subjetivado na legislação e que a garantia desse direito depende das contínuas lutas sociais.

¹⁵Disponível em:< <https://cpers.com.br/educacao-em-baixa-rs-tem-maior-queda-no-numero-de-matriculas-na-eja-desde-2019/>>acesso em: fev//2021

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Org.). **Alfabetização de jovens e adultos**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

APPLE, Michael. Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita? **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, julho/ 2002 p. 107-142, julho/ 2002.

ARROYO, Miguel Gonzalez. _____. Formar educador e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, L. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica. SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BONFIM. M. F; VENTURA J. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O FORMAL E O REAL NAS LICENCIATURAS**. Educação em Revista |Belo Horizonte.v.31.n.02.p. 211-227. Abr-Jun 2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 2007.

BRASIL, República Federativa do Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9394/96)**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2018.

FERNANDES, Cleoni M. B; MOROSINI, Marília C. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul - dez. 2014.

FERREIRA, Suely Deslandes Neto, Otavio Cruz, Gomes Romeu; Minayo, Maria Cecilia de Souza(org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, R: Vozes, 1994.

FREIRE, P. A. Importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo, Cortez, ed. 49, 2008.

_____. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 67ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019. _____, **Conscientização - teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GILBERTO COSTA. Agência Brasil. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em: out. 2021.

GODOTTI, Moacir. **Alfabetização e letramento: Como negar nossa história**. Ano IX, 34. mai/ Jul 2005.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, 2000.

IBGE. Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: out, 2021.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M^a. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. 6. reimp. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Silvia Maria de. Alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.) **Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho**– Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

PAIVA, J., comp. *Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, 227 p. **Pesquisa em educação/Educação ao longo da vida séries**. ISBN:978-65-990364-9-1. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036491>. Acesso em: mar/2022

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PIZZANI, Luciana et.al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, s, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006.

SKOREK, Cenira Rosa Cechin. **Alfabetização na perspectiva do letramento na educação de pessoas jovens, adultas e idosas no município de Dois Vizinhos-PR.** Disponível em: < <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/3951>>. Acesso em: abr,2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2003. SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. São Paulo: Autêntica 1999. Verbetes 1 15 Letramento é palavra recém-chegada ao vocabulário. Disponível: < <https://oportuguesdobrasil.files.wordpress.com/2015/02/18892732-artigo-alfabetizacao-e-letramento-magda-soares1.pdf> >. Acesso em: fev., 2022.